

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 811.722 - DF (2015/0278380-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A**
ADVOGADA : **LIANA FERNANDES DE JESUS E OUTRO(S) - RJ116830**
AGRAVADO : **DANIEL BARAO**
ADVOGADO : **CRISTIANE BERGER GUERRA RECH - PR039889**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão denegatória de recurso especial interposto pelas CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ fls. 398/399):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EC Nº 8/77. CF/88. PRESCRIÇÃO. JUROS. DL Nº 7.661/45. LEI Nº 11.101/05. MINISTÉRIO PÚBLICO. EXECUÇÃO FISCAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. MASSA FALIDA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO.

1. Entre a EC nº 8/77 e a entrada em vigor do atual sistema constitucional tributário, as contribuições previdenciárias não ostentavam natureza tributária, sendo-lhes aplicável, por consequência, o prazo prescricional trintenário. Após o advento da CF/88, promulgada em 05/10/1988, o prazo prescricional voltou a ser quinquenal.
2. Os juros vencidos até a data da quebra deverão ser exigidos do devedor, excluindo-se os vencidos após essa data, porquanto sua exigibilidade fica condicionada a existência de ativo superior ao passivo.
3. Nos termos da Súmula nº 189 do STJ, não é necessária a intervenção do Ministério Público nas ações de execução fiscal.
4. A situação falimentar, por si só, desvela a condição de hipossuficiência alegada.
5. Segundo a Súmula 393 do STJ, a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
6. Dado parcial provimento ao agravo de instrumento.

Aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 607/611).

Nas suas razões, a recorrente aponta violação do art. 535, I e II, c/c 543-C do CPC/1973, por suposta disparidade entre o disposto no acórdão recorrido e o teor dos precedentes do STJ representativos da controvérsia, REsps 1.003.955 e 1.028.952, (e-STJ fls. 615/624).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 667/670).

Decisão *a quo* de inadmissão do recurso especial consta à e-STJ fls. 675/679.

Agravo (e-STJ fls. 683/694). Contraminuta (e-STJ fls. 697/698).

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o marco inicial de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a intimação do *decisum* recorrido. Assim, nos termos do Enunciado Administrativo 2 desta Corte, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Nesse sentido, vide: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

No presente caso, a decisão *a quo* não admitiu o recurso especial pela suscitada ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois não apontada a omissão no acórdão recorrido. Entendeu, ainda, quanto à cessão dos créditos de empréstimo compulsório a terceiro, que o STJ já se manifestou, em representativo de controvérsia, no sentido de sua

possibilidade, estando o acórdão recorrido em conformidade com esse entendimento. Em relação à não comprovação da notificação do devedor acerca da referida cessão, o Tribunal *a quo* consignou que o dispositivo não estava prequestionado. Ademais, quanto à distribuição do ônus sucumbenciais, pontuou que a discussão não era cabível na via do apelo nobre ante o óbice presente na Súmula 7 do STJ. Por fim, a propósito dos demais dispositivos legais elencados no recurso especial, concluiu o Tribunal de origem que "a recorrente não se desincumbiu do ônus que lhe competia de fazer o cotejo analítico de sua tese com o teor do acórdão recorrido, dando azo à incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF" (e-STJ fls. 675/679).

Ocorre que a parte agravante insurgiu-se tão somente quanto à incidência da Súmula 7 do STJ e quanto ponto específico da cessão de crédito, até então não aventado, o que, como visto, impede o conhecimento do agravo em recurso especial, por ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, com base no óbice de conhecimento estampado na Súmula 182 do STJ.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial (art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator